



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005086-61.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Alberto Geraissate Paranhos de Oliveira**
 Requerido: **Tim Celular S.a.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que como professor universitário planejou sua mudança para Ribeirão Preto, iniciando o processo para financiamento de um apartamento naquela cidade.

Alegou ainda que tal processo foi suspenso em razão de uma negativação que a ré lançou em seu nome de forma equivocada.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que experimentou.

A ré em contestação reconheceu como verdadeiros os fatos articulados pelo autor quanto ao equívoco de sua parte ao inseri-lo perante órgãos de proteção ao crédito (fl. 49, antepenúltimo parágrafo).

Diante desse panorama, resta saber se o autor faz jus às importâncias que pleiteou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Elas consistem no ressarcimento dos alugueis que ele pagou até poder ocupar o imóvel que comprou, a uma diferença do financiamento decorrente do reajuste do ITBI e à reparação dos danos morais.

Quanto à primeira, prospera a postulação do autor.

É necessário ter em mente que ele tencionava mudar-se para Ribeirão Preto por força do aumento de sua carga horária na Universidade Barão de Mauá e já em dezembro de 2014 encaminhou a compra de um apartamento que teria parte do preço financiado (fls. 16/24).

Era patente, portanto, a possibilidade de já no início do ano letivo o autor estar residindo no novo imóvel, mas isso não se consumou porque o processo de financiamento foi suspenso em face da negativação trazida à colação (fls. 13/15 e 42).

Consequentemente, o autor foi obrigado a alugar outro imóvel (fls. 25/36) até que o problema se resolvesse.

Nesse contexto, tendo os gastos com os respectivos locativos (fls. 95/100) origem na indevida negativação levada a cabo pela ré a obrigação desta em reparar o autor a esse título é de rigor, sob pena de inconcebível redução patrimonial deste sem justificativa.

Já o pagamento da diferença do financiamento decorrente do reajuste do ITBI está cristalizada a fl. 41, sendo devidamente explicado a fl. 90.

Ele teve vez igualmente apenas em função da negativação feita pela ré que importou o retardamento do financiamento em prol do autor.

Por fim, não há dúvidas que a negativação do autor foi causada por equívoco da ré, consoante admitido na peça de resistência.

Ela não amealhou provas seguras de que tivesse sido induzida a erro nesse episódio; de qualquer modo a atividade que desempenhada envolve risco e esse risco deve ser suportado por ela, já que reúne condições financeiras para tanto, conforme teoria do risco da atividade profissional, e não pelo consumidor.

Impunha-se-lhe como fornecedora dos serviços adotar mecanismos seguros e eficientes na sua prestação, o que não aconteceu.

É o que basta para configuração do dano moral passível de ressarcimento, de acordo com pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transporece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 4.293,19, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada soma que a compôs, e juros de mora, contados da citação, de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e dos alugueis despendidos pelo autor a partir do ajuizamento da ação, os quais serão acrescidos de correção monetária, a partir dos respectivos desembolsos, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**